

CAPACIDADES, GOVERNANÇA E CULTURA DE EVIDÊNCIAS: ESTRUTURAS, PROCESSOS E INSTRUMENTOS PARA O USO DE EVIDÊNCIAS NO MDHC

Natália Massaco Koga

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea). *E-mail:* natalia.koga@ipea.gov.br.

Maurício Mota Saboya Pinheiro

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea (Diest/Ipea). *E-mail:* mauricio.saboya@ipea.gov.br.

Érica Rocha dos Santos

Pesquisadora bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diest/Ipea. *E-mail:* erica.santos@ipea.gov.br.

João Pedro Sussel Bertogna

À época, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea. *E-mail:* jp_eng10@hotmail.com.

Luiza Gomes Luz Rosa

Bolsista de pesquisa na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *E-mail:* luizaluzrosa@gmail.com.

Raissa Menezes de Oliveira

Pesquisadora bolsista do PNPD na Diest/Ipea. *E-mail:* raissa.oliveira@ipea.gov.br.

Virginia Rocha da Silva

Pesquisadora de pós-doutorado da Fundação Getúlio Vargas (EAESP).
E-mail: vii.rrocha@gmail.com.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3166-port>.

Este texto para discussão contém os resultados da segunda etapa da pesquisa *Políticas de direitos humanos no Brasil: institucionalização do uso de evidências no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC)*, em andamento na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). Por meio de uma combinação entre análise documental e grupos focais com gestores do MDHC, o estudo analisa as condições estruturais e de governança para o uso de evidências no âmbito desse ministério, investigando as capacidades analíticas, regras formais e instrumentos organizacionais voltados à sua produção, tradução e utilização nas políticas de direitos humanos. Com isso, pretende-se contribuir para a institucionalização das políticas

públicas de direitos humanos, especificamente no que se refere à governança do uso de evidências, e apoiar indiretamente o fortalecimento da capacidade analítica do Estado brasileiro. Ademais, espera-se que este estudo contribua para o desenvolvimento de uma cultura de evidências na área de direitos humanos, de modo a que se consolidem normas e instituições capazes de garantir sustentabilidade e resiliência para as próprias políticas da área.

No que se refere ao arranjo de governança interna ao MDHC para a absorção (produção, tradução e uso) de evidências, o estudo identificou, em normativos que tratam de programas e competências do MDHC, previsões acerca de fontes e de atividades relacionadas ao tema (como monitoramento e avaliação). Além disso, desde

SUMEX

2023, a atual gestão do ministério tem adotado iniciativas de institucionalização do uso de evidências nos domínios da especialização, normatização e publicização de suas regras, estruturas e ferramentas. Destaque seja dado à criação da Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências (CGIE). Entretanto, no geral, a normatização do uso de evidências nas políticas de direitos humanos ainda é recente, incompleta e de transparência relativamente reduzida. Refletindo esse desafio, há apenas duas áreas em nível de coordenação-geral dedicadas exclusivamente a estas atividades.

Em relação às capacidades analíticas, o trabalho conclui que, no nível individual dos burocratas, elas são elevadas. Contudo, no âmbito organizacional, ainda se mostram incipientes, devido em parte à escassez orçamentária para atendimento da demanda existente, bem como ao tamanho reduzido das equipes e à sua alta rotatividade, relacionada à ausência de servidores estáveis do próprio ministério.

Outros desafios foram detectados no estudo, a saber: i) escassez, insuficiência de qualidade e baixa consistência dos dados; ii) dificuldades na integração das bases de dados e ações entre as áreas, parte em razão da diversidade epistêmica dos campos de atuação do ministério; iii) estratégia, pelos atores sociais, das definições acerca das vulnerabilidades sociais; iv) disputas epistêmicas e valorativas; e v) efeitos da desinformação envolvendo a área de direitos humanos.

O trabalho dá certo destaque à questão da desinformação, como um sério desafio às políticas de direitos humanos em geral. A desinformação, permeada pelas disputas valorativas no campo, é um desafio que afeta transversalmente as áreas e ações do ministério. Seus efeitos são simbólicos e materiais, pois ela concorre para o enfraquecimento de direitos, a desmobilização de agendas e questionamentos quanto à legitimidade das políticas públicas de direitos humanos.